

MENSAGEM Nº 62/2018.

Maceió/AL, 17 de dezembro de 2018.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 605/2018 que “*Estabelece Percentual de gratificação aos Policiais Militares integrantes da assessoria militar do Ministério Público do Estado de Alagoas e àqueles colocados à disposição do Ministério Público do Estado de Alagoas, e revoga o art. 13 da Lei Estadual nº 7.373, de 4 de julho de 2012*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Conforme dispõem a Constituição Estadual, em seu art. 86, § 1º, II, *a*, as leis que disponham sobre criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração são de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, de forma que a proposta em questão, embora muito louvável em seu conteúdo, ao estabelecer gratificação aos militares que atuam no Ministério Público Estadual, reveste-se de inconstitucionalidade formal.

Incide a mencionada norma mesmo em se tratando de verba a ser suportada por órgão diverso daquele ao qual o servidor é vinculado, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF, exarado quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5.004 deste Estado, guardando estreita similaridade com a hipótese aqui versada.

Outrossim, sendo a remuneração dos castrenses paga sob a forma de subsídio, tem-se, por consequência, a expressa vedação constitucional de pagamento de qualquer valor a título de gratificação, estando o prospecto legislativo viciado de inconstitucionalidade de ordem material, a teor do comando normativo inserto no art. 39, § 4º, da Constituição Federal.

A proposição, do mesmo modo, afronta o princípio da isonomia, tendo em vista que a Carta Magna prevê sua incidência também para os demais servidores civis, restando vedada qualquer diferença injustificada entre eles, à luz do disposto no seu art. 5º, *caput*, pois para um mesmo grupo de agentes públicos cria uma distinção remuneratória em relação aos outros militares, levando em conta tão somente o local de exercício do *múnus* público.

Assim, resta claramente evidenciado o tratamento diferenciado dado aos servidores de uma mesma categoria e que exercem funções de natureza idêntica, ficando por consequência violado o princípio da isonomia e revelando-se o Projeto de Lei, neste ponto, materialmente inconstitucional.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 605/2018, por inconstitucionalidade formal e material, submetendo-as à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.


JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado LUIZ DANTAS LIMA
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.
NESTA

Publicada no DOE do dia 18/12/2018.